

AS MULHERES NOS JOGOS OLÍMPICOS PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

Profa. Dra. Ana Miragaya

A participação de mulheres no esporte moderno é um fenômeno social recente. A aceitação da participação de mulheres no esporte moderno é um fenômeno mais recente ainda. Embora o registro da participação feminina nos Jogos Olímpicos da Era Moderna comece em 1900, as mulheres levaram 104 anos para ser 40,7% do número total de atletas a participar de uma edição dos Jogos Olímpicos (IOC – Jogos da XXVIII Olimpíada em Atenas, 2004: 10.864 atletas: 4.306 mulheres e 6.452 homens) (IOC, 2005).

Os Jogos Olímpicos da Era Moderna iniciaram oficialmente em 6 de abril de 1896, em Atenas, na Grécia, com a participação de 245 atletas masculinos de 14 países do mundo ocidental. O idealizador do renascimento das Olimpíadas, o Barão Pierre de Coubertin (1863-1937), homem típico de sua época, optou por seguir a tradição dos Jogos Olímpicos da Antiguidade mantendo as mulheres fora das quadras, campos e arenas esportivas, ao mesmo tempo em que reverenciou a figura do herói da Antiguidade, portador de um físico extraordinário e virtudes morais inigualáveis. As primeiras Olimpíadas modernas não tiveram a participação de mulheres atletas, excluindo, portanto, 51% da humanidade. Entretanto, é possível se observar o aumento gradual no número de mulheres atletas e um número muito pequeno de mulheres assumindo posições administrativas e de gerência nos comitês olímpicos a partir de 1981.

O objetivo deste texto é descrever sucintamente a evolução da participação das mulheres nos Jogos Olímpicos da era moderna: desde sua passividade ditada por crenças e valores tradicionais da Grécia antiga e total exclusão (0,0% de participação) em 1896, até sua inclusão parcial, pressionada pela inovação e pelas iniciativas de emancipação feminina ocorridas ao longo do século 20. Várias contribuições empíricas ilustraram este tema, que é aqui primordialmente visto como uma interação de oposições.

A inclusão das mulheres nas Olimpíadas veio a ser feita gradualmente por elas próprias como resultado do seu desenvolvimento e da conscientização de um papel ativo que elas já começavam a exercer na nova sociedade industrializada da segunda metade do século 19 e no decorrer do século 20. As mulheres começaram a conquistar novas posições em seus países, tornando-se mais ativas, e especialmente lutando para se tornarem cidadãs com direito ao voto. Se as mulheres estavam cada vez mais querendo ocupar um lugar na ordem social, não era muito diferente no mundo do esporte. Pouco a pouco as mulheres começaram a invadir uma área que nunca lhes havia pertencido e que lhes era bastante atraente. A prática do esporte e da atividade física lhes dava prazer, porém o esporte sempre foi um construto masculino do qual muito raramente as

mulheres fizeram parte. Além disso, crenças tradicionais sempre prescreveram que o cansaço físico e a competição eram contrários à natureza da mulher. Acreditava-se que o lugar da mulher era dentro de casa, num mundo interno e particular, tomando conta do lar e dos filhos e que o lugar do homem era fora de casa, no mundo externo e público, trabalhando para o sustento da família (Miragaya & DaCosta, 2002).

A história de inclusão das mulheres no esporte é identificada por algumas autoras (DeFranz, 1997; Hargreaves, 1984; Thèberges, 1991) como uma história de poder e dominação masculina sobre as mulheres e também como uma história de desigualdades onde as mulheres sempre tinham papéis de submissão, sem poder procurar respeito e igualdade. Outros pesquisadores qualificaram essa mesma história como produto do colonialismo europeu e norte-americano, que espelha seus próprios jogos sem considerar aqueles que representam os povos nativos do resto do mundo (Boutilier & Giovanni, 1991). É uma história baseada na tradição, onde mudanças e inovação tinham papel menor. Entretanto, com os avanços da sociedade em face da nova tecnologia e informação, as mulheres começaram a se dar conta de que a história delas teria que ser re-contada de uma outra perspectiva: aquela da inovação, da participação, da atividade e da inclusão social. A situação das mulheres nos Jogos Olímpicos evoluiu então de uma total exclusão no início da nova edição dos Jogos Olímpicos para alguma inclusão ao longo dos anos. O avanço e a conscientização das mulheres em relação ao seu novo posicionamento pressionaram a sociedade a chegar ao ponto onde o próximo passo não era se as mulheres poderiam participar dos Jogos, mas como elas participariam: em quais esportes ou modalidades esportivas e em quais posições, inclusive de gerência em instituições olímpicas nacionais e internacionais as mulheres poderiam participar. A 'permissão' e a extensão desta participação ainda estão sendo prescritas pelos membros do Comitê Olímpico Internacional (COI), cuja maioria é composta de homens (DeFranz, 1997).

A Tradição dos Jogos Olímpicos da Antiguidade

Nos tempos da Grécia Antiga, raiz de toda tradição ocidental, os atenienses acreditavam que as mulheres deveriam andar cobertas dos pés à cabeça para não serem vistas; logo, elas não podiam participar de competições esportivas porque elas teriam que se expor. Além disso, acreditava-se que o corpo feminino era condicionado para a maternidade. Na mesma época, os Jogos da Deusa Hera, cujos primeiros registros datam de 200 a.C. eram jogos que incluíam mulheres atletas jovens e solteiras em competições a cada quatro anos (The Real Story of the Ancient Olympic Games, 2005). As mulheres que competiam nos Jogos de Hera não tinham o status de heroínas porque elas não preenchiam os requisitos dos heróis olímpicos pelo tamanho corporal, força física,

habilidades e técnicas. Suas competições eram mais simples e não exigiam o mesmo preparo físico masculino (Olympic Women, 2005).

O primeiro registro dos Jogos Olímpicos da Antiguidade data de 776 a.C. Embora somente homens pudessem competir nas Olimpíadas, que eram em honra a Zeus, algumas mulheres tinham permissão para assistir. Essas mulheres eram jovens e solteiras à procura de um marido (Miragaya, 2002). Elas deveriam observar os corpos fortes e falar com seus irmãos ou pai sobre aquele atleta que queriam para marido. Entretanto, mulheres casadas eram proibidas de assistir às Olimpíadas sob pena de morte. A única mulher casada que tinha permissão de assistir aos Jogos era a Pitonisa de Demeter (Luzenfichter, 1996).

As mulheres chegaram a ser prêmios para os vencedores das corridas de biga ou charrete, mas participaram indiretamente como competidoras em alguns Jogos Olímpicos na condição de proprietárias de cavalos. A princesa espartana Kyniska foi a primeira a ganhar uma medalha de ouro nos Jogos e ter seu nome incluído entre os 'heróis' através de estátua e homenagem. Ela era a criadora dos cavalos de raça que foram vencedores nos Jogos de 396 a.C. e de 392 a.C. (Miragaya, 2002).

É interessante observar que as primeiras mulheres atletas vieram de Esparta, particularmente porque os espartanos acreditavam que as mulheres que eram saudáveis tinham condicionamento físico e se exercitavam regularmente teriam filhos saudáveis. Inicialmente esta filosofia de inclusão pode parecer bastante diferente da filosofia ateniense, que preconizava a domesticidade e a reclusão feminina (Luzenfichter, 1996). Na verdade, os espartanos estavam colocando a atividade física a serviço da função feminina da procriação. As mulheres não tinham papel de heroínas na condição de serem ativas e atletas. A participação das mulheres não era considerada importante especialmente porque os antigos gregos eram altamente competitivos e acreditavam muito no conceito de 'agon', ou seja, competição para a excelência. Essa competição, no entanto, só acontecia entre os homens, que eram os únicos que poderiam se extenuar fisicamente.

O objetivo mais importante dos gregos era sempre ser o melhor em termos de condutas, atitudes, comemorações e festividades. Todos os aspectos da vida, especialmente o esporte, estavam centrados nessa crença cultural. Eles davam valor à força, competitividade, agilidade, velocidade e outras qualidades físicas que acreditavam ser inerentes somente ao sexo masculino. Como os campeões olímpicos eram considerados vitoriosos e heróis, eles tinham direitos a grandes honras e privilégios. A cultura do vitorioso transformou-se na cultura do herói, que vem sendo carregada através da tradição ao longo de séculos até a sociedade de hoje (Luzenfichter, 1996; IOC, 2005).

Às mulheres também era dado valor, mas pela qualidade dos filhos que elas produziam; portanto, elas não podiam competir ou participar de atividades físicas similares porque se pensava que a mulher era muito delicada e frágil, tendo que se restringir à vida doméstica e levar um estilo de vida restrito a casa. Essa crença, cultivada através dos séculos e ainda existindo quando os Jogos Olímpicos foram reeditados por Coubertin, foi aos poucos se modificando na medida em que a ciência se desenvolveu para provar que as mulheres podiam fazer o mesmo que os homens e ainda ter filhos.

Os Jogos Olímpicos da Antiguidade duraram 12 séculos e foram abolidos em 393 pelo imperador romano cristão Teodósio II por causa do mau relacionamento entre gregos e romanos, da brutalidade e corrupção que reinava durante os Jogos, mas também por que ele acreditava que os festivais eram pagãos. Alguns anos mais tarde, o estádio de Olímpia, onde aconteciam as competições, foi arrasado e os campos olímpicos destruídos (Luzenfichter, 1996).

O Renascimento dos Jogos: Tradição Mantida

As celebrações desapareceram por quase mil anos até que alguns aficionados pelos Jogos Olímpicos da Antiguidade consideraram renascê-los nos séculos 18 e 19 em vários países europeus. Dentro de contextos variados, com diferentes objetivos, alguns empreendimentos foram bem sucedidos enquanto outros não passaram de sonhos (Miragaya & DaCosta, 2006).

Em 1881, Ernst Curtius, um arqueólogo alemão, que dirigia um grupo de pesquisa, descobriu as ruínas do estádio de Olímpia. A descoberta alemã do sítio arqueológico e, especialmente, seu contato com William Penny Brookes foram dois dos vários fatores que evocaram no barão Pierre de Coubertin um interesse especial nos festivais olímpicos do passado, principalmente devido ao nacionalismo e à educação francesa que havia recebido (Miragaya & DaCosta, 2006). Sua vaga proposta em 1892 para um festival esportivo internacional foi inicialmente recebida com olhares estupefatos. Ele não desistiu. Como secretário geral da Union of French Societies of Athletic Sports (União das Sociedades Francesas de Esportes Atléticos), ele visitou faculdades, universidades e clubes esportivos particulares, falando para quem quisesse ouvi-lo. Então, em 1894, falando na Sorbonne em Paris, num encontro com representantes de nove países, incluindo os Estados Unidos e a Rússia, ele argumentou e propôs o renascimento dos Jogos Olímpicos da Atualidade numa escala internacional. Com a aprovação dos ouvintes, ele fundou o Comitê Olímpico Internacional (COI) para organizar os Jogos Olímpicos e elaborar as regras para os eventos (Miragaya & DaCosta, 2006).

Coubertin decidiu que os primeiros Jogos aconteceriam em Atenas, onde se deu a origem dos festivais do passado, e nomeou o grego Demetrius Vikelas como primeiro presidente do COI, (IOC, 2005). Com o mesmo entusiasmo com que saudou a descoberta arqueológica alemã na Grécia e com a mesma energia com que propôs o renascimento dos Jogos Olímpicos, Pierre de Coubertin manteve completamente sua coerência com a antiga tradição grega da não-inclusão das mulheres atletas nos Jogos. Ele era completamente contra a prática de esportes e atividade física pelas mulheres assim como a maioria dos homens de sua época. De acordo com ele, as mulheres tinham a função de procriação: "a glória de uma mulher viria através do número e da qualidade dos filhos que produzisse. Até onde concerne o esporte o papel da mulher é de encorajar seus filhos para vencer. A ela não cabe bater recordes". Os Jogos eram "a manifestação periódica solene de esporte masculino baseado no internacionalismo, na lealdade como meio, na arte como conhecimento básico e no aplauso das mulheres como recompensa" (Boutillier & Giovanni, 1991). Como Lunzenfichter (1996) relata, Coubertin ainda afirmou que uma "Olimpíada feminina seria impraticável, desinteressante, antiestética e incorreta", logo após obter o apoio do papa Pio XI, que havia seriamente condenando a prática de esporte pelas mulheres.

Pelo fato de ter não ter incluído as mulheres e de ter mantido os mesmos valores tradicionais de outro povo de uma época distante no passado, é possível que Coubertin tenha também resgatado com isso o espírito do herói olímpico, que tem inspirado atletas do mundo todo por décadas. Não houve o resgate da figura da heroína por que na realidade ela nunca existiu (Miragaya & DaCosta, 2006).

A Resposta das Mulheres: o caminho da inclusão nos Primeiros Jogos Olímpicos

Apesar dos esforços que Coubertin fez para manter as mulheres fora das competições, houve uma competidora extra-oficial na maratona de 1896: uma mulher grega pobre que acabou sendo conhecida como 'Melpomene', cujo nome verdadeiro era Stamata Revithi. Ela não teve permissão para competir, porém fez o mesmo trajeto de 42 km no dia seguinte, sendo que a última volta aconteceu fora do estádio porque a entrada lhe havia sido proibida. Como os organizadores do evento não lembravam o nome dela, apelidaram-na de 'Melpomene', a musa grega da tragédia. Olhando para Stamata Revithi, eles só viram drama e não o seu feito extraordinário (DeFrantz, 1991). Ela havia terminado sua corrida menos de duas horas atrás do vencedor (em 4 horas e meia) e foi mais rápida de que alguns de seus adversários masculinos (Théberge, 1991). Ela foi a primeira inovadora a enfrentar as barreiras da tradição, buscando a inclusão no esporte olímpico.

Os primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna aconteceram no final do século 19, quando o mundo ocidental vivia o início da época do avanço da ciência e da tecnologia

que mudariam a cara do século 20. A industrialização e a reforma social foram essenciais para determinar a direção que os países mais ricos do mundo, como os Estados Unidos e nações européias, iriam tomar dali para frente. Aos poucos as novas invenções foram sendo incorporadas às indústrias que começavam a florescer. Mais trabalhadores estavam sendo necessários para empurrar à frente as várias economias mundiais que despontavam. As mulheres já tinham começado a trabalhar fora de casa e estavam começando a ingressar no mercado de trabalho em maior número por causa da demanda, assumindo, portanto, novos papéis dentro da sociedade. À medida que elas começavam a participar mais na economia de seus países, elas queriam ser ouvidas como cidadãs e ter direito ao voto. Muitas organizações de mulheres foram fundadas para lutar por sua cidadania. Pouco a pouco as mulheres foram saindo da passividade e submissão para a atividade, iniciativa e inclusão. Mudanças na área do esporte feminino também começaram a ocorrer no final do século 19 e início do século 20.

Embora o COI regulasse as atividades olímpicas, Comitês Olímpicos Nacionais (CONs) tiveram que ser criados nos países que queriam participar dos Jogos. No início, os comitês nacionais locais organizaram os Jogos Olímpicos em suas respectivas cidades. Os Jogos de 1900 e de 1904 aconteceram junto com Feiras Mundiais; portanto, a escolha das modalidades esportivas a serem incluídas nos Jogos Olímpicos estava nas mãos dos comitês organizadores das feiras e, logo, fora do controle do COI (Miragaya & DaCosta, 2006). Na realidade, as Olimpíadas demoraram um pouco para se popularizar. Os Jogos de 1906, chamados de Jogos Intermediários pelo COI, realizados em Atenas e organizados pelos gregos, e os de 1908, de Londres, organizados pelo Comitê Olímpico Britânico foram mais bem organizados, e tiveram a participação de atletas femininas, especialmente as convidadas para demonstrações esportivas de ginástica (Miragaya & DaCosta, 2006). Os Jogos Olímpicos de 1912 em Estocolmo foram praticamente os primeiros a serem organizados pelo COI (Miragaya & DaCosta, 2006).

É importante mencionar que o patrocínio sempre foi um fator decisivo para a participação da mulher atleta nos Jogos Olímpicos. Nem todas as mulheres tiveram ou têm a credibilidade e o apoio dos comitês locais e de patrocinadores, logo, torna-se bastante difícil para muitas atletas conseguirem viajar para os locais de competição. A maioria delas não trabalha fora e quando o fazem, a renda tende a ser bem mais baixa do que a renda masculina. Os atletas masculinos, por sua vez, têm mais credibilidade devido à tradição, portanto, conseguem mais oportunidades. Além disso, a renda masculina tende a ser maior do que a feminina, o que lhes permite fazer investimentos em viagens.

A Inclusão das Mulheres: Períodos Diferentes, Leituras Diferentes

a. De 1896 a 1928

Hargreaves (1984) identificou três períodos de participação de mulheres atletas nos Jogos Olímpicos da Era Moderna: (1º) de 1896 a 1928; (2º) de 1928 a 1952 e (3º) de 1952 até hoje.

O primeiro período é caracterizado pela tradição da exclusão e alguns esforços para resistir a essa prática. Foi também a época em que as mulheres estavam começando a trabalhar fora, tendo mais acesso à educação, lutando para ter direito ao voto e tentando se ajustar às mudanças constantes de uma nova sociedade que exigia novos papéis de gênero. Este período inclui os anos de 1920, quando, de acordo com Théberge (1991), havia alguma luta pelo controle do esporte feminino internacional e pela forma e definição da participação das mulheres. Na medida em que o progresso empurrou os países industrializados para frente, também pressionou uma mudança no esporte feminino internacional. Já que o COI se recusava a incluir o atletismo feminino nos Jogos Olímpicos, a francesa Alice de Milliatt desafiou a situação da época, fundou a *Fédération Sportive Féminine Internationale* (Federação Esportiva Feminina Internacional) e organizou os primeiros Jogos Olímpicos Femininos em 1922 (Drevon, 2005). Eles foram tão bem sucedidos que foram re-editados em 1926, 1930 e 1934 como *The Women's World Games* (Jogos Femininos Mundiais). Eles se tornaram visíveis ao COI especialmente por causa do enorme interesse do público, contrariando declarações de Coubertin, que dizia que o esporte feminino era 'desinteressante'. Os Jogos Femininos Mundiais com seu enorme público pressionaram o COI a incorporá-los permanentemente aos Jogos Olímpicos, porém somente depois de longas negociações e manobras políticas (Miragaya & DaCosta, 2006). Os Jogos Femininos Mundiais também influenciaram os Jogos Femininos no Brasil em 1933 (Tavares) e em 1949 (Mourão & Soares, 1999).

As mulheres estavam começando a vencer suas batalhas para a inclusão, o que pode ser observado nas palavras de Coubertin quando ele deixou a presidência do COI em 1925: "Eu continuo contra a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos. Elas foram incluídas em grandes números contra a minha vontade" (Pfister, 2000).

Foi ainda durante o período 1896-1928 que apareceram dois pontos cruciais de debate sobre o envolvimento da mulher no esporte. Eles iriam influenciar por um bom tempo o papel da mulher no esporte e sua participação nos Jogos Olímpicos. O primeiro ponto, ainda baseado na tradição e relacionado à sabedoria médica pobre e limitada da época, com nenhuma evidência que pudesse provar, promoveu crenças baseadas na suposta fragilidade natural da mulher e condenou a atividade física vigorosa como perigo para a saúde e o bem-estar da mulher. Conseqüentemente, ao longo das várias Olimpíadas, a participação de mulheres no atletismo e em esportes de equipe, que exigiam contato físico, era feita de forma restrita e supostamente baseada no caráter da fragilidade. A mulher ainda era o ser que procriava, biologicamente diferente do homem,

e sujeita a prescrições dos médicos, todos, claro, do sexo masculino. As mulheres foram então excluídas das modalidades de força do atletismo e somente aos poucos as equipes femininas de esportes coletivos foram introduzidas nos Jogos Olímpicos.

O segundo ponto de debate era sobre o controle do esporte feminino, assunto novo para a sociedade e para as mulheres. De acordo com a tradição, as posições ativas de comando e poder deveriam pertencer aos homens e não às mulheres. Estas deveriam obedecer e se manter passivas. Muitas disputas ocorreram sobre quem deveria controlar o esporte feminino nacional e internacional e quais deveriam ser a forma e definição da participação da mulher. Para seguir a tradição mais uma vez, as mulheres continuaram excluídas, fora do controle de sua própria participação no esporte nacional e internacional.

Sumarizando, é possível afirmar que os acontecimentos das décadas de 1920 e de 1930 tiveram dois significados essenciais de cunho cultural e social: (1) a definição e o significado do esporte feminino baseados nas diferenças biológicas e (2) o controle da organização dos esportes femininos como uma função tipicamente masculina.

b. De 1928 a 1952

Esses dois significados foram levados para a segunda fase. Hargreaves (1984) identificou o período entre 1928 e 1952 como de luta e de consolidação. As mulheres se esforçaram muito para se tornarem visíveis e para consolidar sua posição como esportistas. Este era um conceito novo não somente para elas, mas também para a sociedade como um todo. As mulheres estavam numa situação complexa que exigia a criação de modelos de mulheres que praticavam esportes e que participavam de grandes competições como os Jogos Olímpicos. As mulheres até então só podiam se espelhar em modelos do sexo masculino: os heróis das Olimpíadas. Elas se viram então numa encruzilhada que apontava em duas direções: ou elas continuavam a seguir o modelo masculino tradicional, que já existia com sua temática própria, ou então elas teriam que inventar modelos novos de mulheres do esporte, baseados nelas próprias e em sua temática feminina. Naquela época a decisão ficou para a primeira alternativa, que significava alguma inclusão, especialmente por causa do acesso limitado aos esportes olímpicos imposto pelo COI em 1928.

As mulheres deram um pequeno passo para frente e garantiram seu papel com participantes ativas no esporte e na sociedade. Esta posição de certa estabilidade foi reforçada durante os anos 40, quando as mulheres tiveram que ser mobilizadas em maior número para ocupar os postos deixados pelos homens que tiveram que ir para os campos de batalha na Europa. A Segunda Guerra Mundial impediu as edições dos Jogos Olímpicos dos anos 1940 e 1944. Por outro lado, a participação maciça direta e indireta e a conseqüente maior inclusão das mulheres na economia de seus países que estavam em

guerra contribuíram enormemente para o re-posicionamento da mulher na sociedade e para a conscientização do lugar que ocupavam.

Durante esta época, o modelo da mulher esportiva, baseado nas diferenças biológicas e que havia sido construído durante os anos 30, foi levado para os currículos escolares e acabou limitando a forma com que as mulheres olhavam sua própria capacidade atlética e esportiva. Entretanto, ao final deste período, a participação de mulheres atletas nas Olimpíadas transformou-se num fato corriqueiro. Os ganhos eram conservadores porque o modelo da mulher atleta que havia sido adotado espelhava o do herói masculino e reforçava o ideal feminino atlético, seu significado cultural e o mito da fragilidade feminina (The Real Story of the Ancient Olympic Games, 2005). Daí então é possível observar a manutenção dos papéis tradicionais da mulher.

c. Após 1952

O ano de 1952 dá início a um período de desafios à hegemonia masculina no esporte olímpico, especialmente por causa de dois eventos (Boutilier & Giovanni, 1991). Não se pode dizer que durante esta fase as relações de gênero seriam reconstruídas para compensar por desigualdades passadas, porém pôde se observar que as mulheres descobriram novos caminhos para lutar contra a exclusão, tradição, passividade e as tarefas impostas pela sociedade para então tentar alcançar seus objetivos de inclusão, inovação, atividade e o design de novos papéis num mundo que estava mudando rápido demais. Uma análise em perspectiva do passado recente e das mudanças detectadas nas Olimpíadas de 2000 pode ilustrar esses pontos.

O primeiro acontecimento foi a entrada da União Soviética e dos outros países do bloco do Leste como novos participantes na expansão dos Jogos que aconteceram em Helsinque, na Finlândia, no pós-guerra. Estes países não discriminavam as mulheres atletas porque tinham objetivos e tradições culturais diferentes, nas quais as mulheres já haviam sido incluídas há muito tempo atrás. Valorizava-se demais o desempenho dos atletas sem discriminação do gênero dos vitoriosos. Grandes investimentos materiais e sociais no treinamento desses atletas haviam sido feitos para que eles pudessem participar nos Jogos Olímpicos. Conseqüentemente, o número de atletas mulheres participantes aumentou de 385 em 1948 para 518 em 1952. As novas atletas se tornaram visíveis por seu desempenho de sucesso, expondo seu treinamento e sua educação específica nas escolas e faculdades (Schneider, 1996). O número de medalhas era o mais importante para os estreantes nas Olimpíadas.

Mesmo quando os países que faziam parte da antiga União Soviética começaram a competir por si próprios nos Jogos Olímpicos, o número de medalhas ainda era mais importante do que o gênero dos atletas que as recebiam. Sempre que um atleta, masculino ou feminino, conquista uma medalha de ouro, o hino de seu país é ouvido e a

bandeira hasteada, tornando aquele país visível para o mundo (IOC, 2005). Já era o período da Guerra Fria. O número de medalhas significava quantas vezes esses países eram homenageados com suas vitórias. Uma vez que os países do bloco soviético tinham descoberto uma nova forma de se tornarem visíveis e de fazer propaganda política, o mundo ocidental foi forçado a se preocupar com sua própria posição nas Olimpíadas e a prestar maior atenção na participação e no desempenho das mulheres. Começaram então a investir no treinamento e na preparação delas. As mulheres souberam aproveitar a oportunidade e se beneficiaram da situação, tornaram-se inovadoras e começaram a aumentar sua participação.

O segundo evento aconteceu nos anos 60. Foi o movimento feminista que ocorreu na América do Norte e na Europa como consequência do desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente por causa da invenção da pílula anticoncepcional, que ajudou as mulheres a enfrentar os métodos tradicionais, controlar sua vida sexual, e planejar sua família. Os novos papéis que as mulheres assumiram durante e depois da Segunda Guerra Mundial, especialmente relacionados à sua entrada no mercado de trabalho e consequente emancipação financeira, adicionaram-se aos avanços da ciência produzindo um re-pensar da posição da mulher na sociedade: um desafio às idéias tradicionais sobre os papéis do gênero. Como resultado desse novo posicionamento, foi possível observar um aumento na participação das mulheres no esporte e, com ele, a preocupação com a posição de desigualdade da mulher na sociedade e no esporte.

O número de atletas olímpicas tem aumentado. Pode até parecer que as mulheres já tenham atingido posições de igualdade em relação a sua representação em números. Nos Jogos de Sydney o número de mulheres atletas (4.069) foi 38,3% do número total de atletas participantes (10.651) enquanto que em Atenas foi de 40,7% (4.306 mulheres) do total de 10.864 participantes. Se o objetivo é alcançar 52,0% como proposto por Lucas (1999), há ainda um caminho longo a percorrer.

O Futuro

Enquanto a biologia e a fisiologia podem oferecer condições para melhor interpretar as diferenças entre os sexos, acrescentando mais esportes e modalidades às agendas das mulheres atletas, os contextos cultural e social continuam a mostrar as diferenças e desigualdades entre os gêneros.

É questionável que a Inglaterra, a Alemanha, a Austrália, os Estados Unidos e a Rússia aumentem seus números de atletas olímpicas sem que, ao mesmo tempo, a América do Sul, a América Central, a África e as nações islâmicas enviem suas atletas para as Olimpíadas. Como o mundo do esporte reflete a sociedade, pode ainda levar mais algum tempo para que as sociedades islâmicas, as culturas menos favorecidas economicamente e um número de países nos quais a igreja católica tradicionalmente

tenha compartimentalizado meninos e meninas a desempenharem papéis específicos na sociedade abrirem espaço para a igualdade no esporte e em outras funções ligadas ao esporte. As culturas e costumes antigos devem ser respeitados; crenças milenares não podem ser eliminadas. A tradição no sentido da exclusão deve ser re-analisada por lideranças diferentes para que seja tratada de forma diferente. É essencial se considerar que o esporte é um direito humano já que ele pertence a todos os seres humanos, homens e mulheres, meninos e meninas. As diferenças biológicas têm que ser respeitadas para que a humanidade atinja a igualdade social, especialmente no esporte. A atividade física e o esporte são direitos do ser humano e devem ser incluídas em todas as práticas.

O objetivo desejável da liderança olímpica é para que as mulheres de cada país participem dos Jogos Olímpicos como atletas, treinadoras, e administradoras e também como representantes nos CONs, nas federações e no COI. Aumentando o número de representantes femininas no movimento mundial é ainda uma tarefa mais desafiadora na medida em que cada país se move na sua própria velocidade em direção a igualdade dos sexos de acordo com seu próprio contexto (DaCosta & Miragaya, 2002). De alguma forma as mulheres que têm mais talento têm que descobrir seu próprio caminho para preencher posições locais, nacionais e internacionais e, exatamente como os homens têm feito ao longo dos séculos, e aproveitar as oportunidades.

De acordo com Schneider (1996), "qualquer organização que reivindica o desenvolvimento humano como um de seus principais objetivos tem que apoiar a representatividade completa da mulher em todos os níveis da organização. Negar as mulheres o seu próprio espaço - do lado dos homens como iguais e parceiros - é errado e vergonhoso".

Novas políticas de incentivo para mulheres que praticam esporte terão impacto positivo no perfil da mulher olímpica e no seu novo papel na sociedade. Pela primeira vez as mulheres nas áreas do esporte estarão capacitadas a fazer suas escolhas quando chegarem à encruzilhada. Elas poderão escolher e seguir o exemplo do herói masculino ou desenvolver seu próprio construto feminino como heroínas e líderes sem levar em consideração que posição ocupam no mundo dos esportes se esportistas, administradoras, gerentes, representantes dos CONs ou até mesmo se for presidente do COI. Elas estarão conscientes de que também têm o direito ao esporte e à prática da atividade física e se sentirão com o poder de escolher qualquer um dos dois caminhos que as leva à inclusão no esporte e à inclusão social.

Conclusão

Olhando para 1896, é possível observar que as mulheres progrediram muito em seus desafios e lutas. Elas trabalharam bravamente para se inserirem na sociedade de

forma igualitária e têm sido bem sucedidas em vários aspectos. Elas conquistaram a cidadania e sua inclusão nos Jogos Olímpicos, mas ainda não atingiram a igualdade em termos de números. Será que elas se tornaram heróis, heroínas ou mediadoras (Tavares, 2002)? Será que já atingiram uma posição de equilíbrio?

Seria inimaginável há alguns anos atrás que as mulheres iriam competir numa maratona e na corrida dos 10.000 metros, ou jogar futebol com habilidade, dedicação e poder das mulheres das Olimpíadas de 2000. Ao mesmo tempo, seria difícil de imaginar que as mulheres ocupariam alguma posição no COI ou chefiariam um Comitê Olímpico Nacional, embora a extensão das mudanças a níveis organizacionais não tem sido tão dramática quanto aquelas entre participantes. Há ainda algumas barreiras para serem superadas, das quais a mais crucial é dividir o poder com a figura masculina que representa a tradição e o poder no esporte. As mulheres têm questionado papéis tradicionais e se tornado mais conscientes de seu lugar no terceiro milênio. Elas aprenderam a pensar que as diferenças biológicas são parte delas próprias e que as permitem competir em seus próprios termos, mas tendo as mesmas oportunidades que os homens.

É importante mencionar que a inovação que causou a inclusão da mulher nas Olimpíadas da Era Moderna pressionou a ciência e a tecnologia para a pesquisa e novas descobertas que têm mostrado que as mulheres podem de fato fazer mais do que elas pensaram que poderiam: não somente em termos de participação em Olimpíadas, mas também em termos de participação em qualquer tipo de atividade física. A pressão que as mulheres têm feito para terem o direito de participar das Olimpíadas como seres humanos tem contribuído muito para o direito que elas têm agora de praticar esportes e atividade física.

A mulher de amanhã precisa hoje de modelos femininos de atletas, dirigentes, líderes, administradoras, heroínas como incentivo a desenvolver carreira no esporte. Isso significa também que necessita de modelos femininos em todas as outras esferas da sociedade: na sua família, na sua escola, na sua cidade, em seu país e demais organizações.

A mulher olímpica é um modelo ideal. Os desafios futuros tornam-se mais claros porque eles contrastam com este modelo. É necessário consolidar igualdade de direitos e diferenças nas práticas e na educação porque este parece ser o único caminho. As mulheres então sentirão que tem os mesmos direitos e saberão que caminho escolher. Será que essa posição representa um bom exemplo de como procurar um modelo de conflito-resolução equilibrado em termos de oposições dentro do Movimento Olímpico?

REFERÊNCIAS

BOUTILIER, M. & GIOVANNI, L. (1991) Ideology, Public Policy and Female Olympic Achievement: a Cross-National Analysis of the Seoul Olympic Games. In Landry, F., Landry, M. & Yerlès, M. (Eds), Sport ... The Third Millenium, p. 397 - 412.

DACOSTA, L. & MIRAGAYA, A. (2002). Worldwide Experiences and Trends in Sport for All. Aachen: Meyer & Meyer.

DEFRANTZ, A. (1991). Progress Made, Pitfalls and Conditions for Further Advancement of Women in the Olympic Movement. In Landry, F., Landry, M. & Yerlès, M. (eds), Op. Cit., p 413 - 418.

DEFRANTZ, A. (1997). The Changing Role of Women in the Olympic Games. Trabalho apresentado na 37ª Sessão Internacional para Jovens Participantes - IOA Report, Ancient Olympia.

DREVON, A. (2005). Alice Milliat La passionaria du Sport Féminin. Paris : Vuibert.

HARGREAVES, J. (1984). Women and the Olympic phenomenon. In Tomlinson A. & Whannel, G. (Eds). Five Ring Circus. London: Pluto Press p. 53-70.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE (2005). Recuperado em 14 de maio de 2005, da Rede Internacional de Computadores: http://www.olympic.org/uk/organisation/commissions/women/full_story_uk.asp?id=1017

LUCAS, J. (1999). The Future of the Olympic Games. Champaign: Human Kinetic, pp 133-143.

LUZENFICHTER, A. (1996). Women and Olympism. International Olympic Academy. Paper presented at the 36th International Session for Young Participants - IOA Report, Ancient Olympia.

MIRAGAYA, A. (2002). The female Olympian. In DaCosta, L. Olympic Studies Current Intellectual Crossroads. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho.

MIRAGAYA, A. & DACOSTA, L. (1997). Atividades físicas sistemáticas e a mulher: inclusão no lazer, na família e no trabalho (trabalho não-publicado).

MIRAGAYA, A. & DACOSTA, L. (2006). The Process of Inclusion of Women in the Olympic Games. Tese de doutorado, Universidade Gama Filho.

MOURÃO, L. & SOARES, A. (1999). 1949 - 1972 Duração das Olimpíadas Femininas no Brasil via Jornal dos Sports - Rio de Janeiro. In Tavares, O & DaCosta, L. (Eds) Estudos Olímpicos, Editora Gama Filho, Rio de Janeiro, Brasil: p.98-107.

OLYMPIC WOMEN. Recuperado em 20 de maio de 2005, da Rede Internacional de Computadores: www.olympicwomen.co.uk/.

PFISTER, G. (2000). Women and the Olympic Games: 1900 - 97 . In Drinkwater, B. Women and Sport. The Encyclopedia of Sports Medicine. An IOC Medical Commission Publication in collaboration with the International Federation of Sports Medicine. Oxford: Blackwell Science.

SCHNEIDER, A. (1996). Women in the Republic and the Olympic Movement. Trabalho apresentado na 36ª Sessão Internacional para Jovens Participantes - IOA Report, Ancient Olympia.

TAVARES, O. Women's Games in Brazil in 1933 (em pesquisa).

TAVARES, O. (2002). The Olympic Athlete: Hero or Mediator. In DaCosta, L. Olympic Studies. Editora Gama Filho: Rio de Janeiro, Brasil.

THE REAL STORY OF THE ANCIENT OLYMPIC GAMES. Recuperado em 14 de maio de 2005, da Rede Internacional de Computadores: www.upenn.edu/museum/Olympics/olympicsexism.html.

THÉBERGE, N. (1991). Women and the Olympic Games: a consideration of gender, sport and social change. In Landry, F., Landry, M. & Yerlès, M. (Eds), Sport ... The Third Millenium, Les Presses de l' Université Laval, Sainte - Foy - Canada, p. 385 - 396.